

HABEAS CORPUS Nº 568.149 - SP (2020/0073043-3)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ROSELY GALVÃO MOTA - SP264777
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS VINICIUS DE CARVALHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de MARCOS VINICIUS DE CARVALHO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no julgamento da Apelação n. 1500923-08.2019.8.26.0544.

Extrai-se do autos que o paciente foi condenado em primeiro grau como incurso no art. 33, § 4º, da Lei nº 11.343/06 (tráfico privilegiado), a uma pena privativa de liberdade de 04 (quatro) anos e 02 (dois) meses de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, mais 416 dias-multa.

Interposta apelação, a Corte Estadual negou provimento ao recurso, conforme acórdão de fls. 56/68.

No presente *mandamus*, sustenta a Defensoria Pública que além do paciente ser primário, de bons antecedentes, não se dedicar a atividades criminosas e nem integrar organização criminosa, a quantidade de droga apreendida é pequena de baixa lesividade, razão pela qual deve ser aplicada a causa de diminuição de pena prevista no §4º do artigo 33 da Lei 11.343/2006 em seu patamar máximo, além de ser fixado o regime diverso do fechado para o início do cumprimento da pena e substituída a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Brevemente relatado, decido.

Diante do novel posicionamento jurisprudencial do STF e desta Corte onde não deve ser conhecido o *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, tenho por prudente determinar o processamento do feito somente para verificação da existência de eventual constrangimento ilegal que autorize a concessão da ordem de ofício.

Em uma análise preliminar dos autos, não vislumbro a presença conjunta

Superior Tribunal de Justiça

do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, requisitos necessários para a concessão da medida liminar.

Ademais, a matéria ora ventilada implica o exame da idoneidade e razoabilidade dos fundamentos adotados pelas instâncias ordinárias, providência inviável em análise inicial dos autos. Por se tratar de antecipação meritória, a alegação deve ser analisada pelo douto Colegiado, no momento oportuno e após manifestação do Ministério Público Federal.

Diante do exposto, indefiro a liminar.

Devidamente instruído, deixo e requisitar as informações de praxe.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator